

The Nature
Conservancy



Proteger a natureza é preservar a vida.

relatório de atividades 2011

Brasil



A missão da The Nature Conservancy é conservar as terras e as águas das quais a vida depende

Sumário

- 4 Palavra da representante nacional
- 5 Conselho Consultivo TNC Brasil
- 8 Destaques de 2011
- 10 Produção responsável
- 16 Água
- 24 Florestas e clima
- 32 Terras indígenas
- 38 Infraestrutura inteligente
- 40 Áreas protegidas e reservas privadas
- 44 Destaques internacionais
- 46 Parceiros
- 49 Demonstrações contábeis



Jalapão, Tocantins

Palavra da representante nacional

Caros leitores,

Por mais um ano, a The Nature Conservancy no Brasil apresenta seu relatório de resultados, finanças e parcerias. Olhando agora para o status dos projetos que nos comprometemos a executar, fica fácil perceber que 2011 foi mais um ótimo momento para a organização. Além dos avanços em campo, comemoramos a chegada de dois novos integrantes ao Conselho Consultivo no Brasil – Eduardo Mufarej e Martin Ecobari – que somam suas contribuições aos esforços de conservação da TNC no país. Também fomos felizes com o estabelecimento do Conselho de Líderes em Conservação na América Latina, a partir do qual iniciamos uma agenda de trabalho no Brasil, como parte de uma abordagem regional, para garantia do suprimento de água para cidades, produção sustentável de alimentos e para agregação de inteligência socioambiental no desenvolvimento da infraestrutura.

Além dos passos à frente, 2011 também foi um ano marcado pelo compasso de espera – e muito trabalho! – com a revisão do Código Florestal no Congresso Nacional. Uma das principais leis brasileiras para regular o uso da terra passou por debates extremados e atraiu a atenção da sociedade, tendo se tornado no fim do ano um dos principais pontos da agenda política nacional. O futuro da conciliação entre a produção agropecuária e conservação ambiental deverá ser definido em 2012. Esperamos que, a partir de um novo Código, a gestão da paisagem rural brasileira, o valor das florestas e a necessidade de restauração florestal em áreas críticas sejam favorecidos. Vários dos projetos cujos avanços estão registrados nas próximas páginas são um prenúncio da agenda positiva que esperamos ajudar a construir para o crescimento do país.

Boa leitura!

Ana Cristina Barros
Representante Nacional
The Nature Conservancy



Conselho Consultivo TNC Brasil



Werner Grau Neto (presidente)

Sócio, Pinheiro Neto Advogados

André La Saigne De Botton

Presidente, SPA Brasil/ACV Comércio e Participações

Andrew Gunther

Diretor Gerente de Infraestrutura Global, Darby Overseas

Antônio Fernando Vilas Boas Russo

Diretor, Accrex Gestão de Recursos

Claudia Costin

Secretária de Educação, Município do Rio de Janeiro

Daniel Feffer

Vice-presidente Corporativo, Suzano Holding

Eduardo Mufarej

Sócio-diretor e membro do Comitê de Investimentos e do Conselho Administrativo, Tarpon Investimentos

Henrique Rzezinski

Vice-presidente, Assuntos Corporativos e Governamentais, BG Brasil

Luiz Otavio Possas Gonçalves

Presidente, Comercial Regon Ltda

Marcelo Naigeborin

Diretor Gerente, Investment Banking, Morgan Stanley no Brasil

Martín Escobari

Diretor Executivo e chefe do Programa de Investimentos da América Latina, General Atlantic LLC

Roberto Proença de Macedo

Diretor Presidente, J.Macedo Comércio, Administração e Participações

Roberto Rodrigues

Coordenador do Centro de Agronegócio (GVAgro), Fundação Getúlio Vargas

Tomas Zinner

Membro do Conselho, Instituto Unibanco



Pontos de Projetos

© Fábio Marfei

Macaco-prego, Oiapoque, Amapá



AMAZÔNIA

CAATINGA


CERRADO


PANTANAL

MATA ATLÂNTICA

PAMPA

Produção Responsável 

Água 

Florestas e Clima 

Terras Indígenas 

Áreas Protegidas e Reservas Privadas 

No caminho certo

A TNC trabalha para promover a conservação ambiental em larga escala, orientando seus esforços em três eixos temáticos: Paisagens Terrestres, Água e Mudanças Climáticas.

Jalapão, Tocantins



Maior organização ambiental do mundo, a The Nature Conservancy (TNC) está presente em mais de 30 países. Desde sua fundação, há 60 anos, já ajudou a proteger mais de 47 milhões de hectares e 13 mil quilômetros de rios ao redor do planeta. No Brasil, onde atua desde 1988, a TNC trabalha para promover a conservação ambiental em larga escala, orientando seus esforços em três eixos temáticos: Paisagens Terrestres, Água e Mudanças Climáticas. Essas três frentes, implementadas por meio de um conjunto de estratégias integradas, visam a proteger a biodiversidade e a harmonizar a crescente demanda mundial por água, alimentos e energia.


Importantes conquistas, frutos de um trabalho intenso e articulado com setores público, privado e organizações ambientais, marcaram o ano de 2011 como um dos mais importantes na trajetória da TNC no Brasil. Esses avanços apontam para uma maturidade de governos, empresas e da própria sociedade quanto à importância das questões ambientais e da adoção de práticas sustentáveis para o bem-estar das comunidades, para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e para o fortalecimento dos negócios.

Com o apoio de governos, empresas, organizações da sociedade civil e comunidades, além do engajamento das prefeituras e dos sindicatos rurais foi possível ampliar a experiência de projetos-piloto para a regularização ambiental da produção rural a uma escala sem precedentes. A partir da relação de confiança

estabelecida com os produtores, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) alcançou mais de 10 mil propriedades, ultrapassando oito milhões de hectares de áreas com potencial para a preservação.

A expressiva contribuição da organização na formulação de políticas públicas em todos os níveis de governo também é um grande avanço a ser mencionado. A experiência adquirida em campo ao longo dos anos, seja na gestão de terras indígenas, seja na adequação ambiental de imóveis rurais, ou na implementação de projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e de mitigação das mudanças climáticas, hoje, tem ajudado a pautar normas que garantem a sustentabilidade das ações de conservação no Brasil. É o caso, por exemplo, do Decreto Estadual de Condomínios Florestais, no Pará, apoiado pelos trabalhos de planejamento de paisagens em Paragominas, e da Lei Federal de PSA em discussão no Congresso Nacional.

Iniciativas estas que, a partir de 2011, também passaram a contar com um importante aliado: o Conselho de Líderes em Conservação na América Latina da TNC. Formado por líderes políticos e empresariais da região, o grupo tem como objetivo trazer uma abordagem regional para os desafios de conservação do bloco, garantindo, assim, que a natureza e os serviços que ela presta permaneçam intactos. A perspectiva real de conservação em números de hectares trazida por essas conquistas é a maior prova de que estamos no caminho certo.



Anu Branco, Mata Atlântica,
Minas Gerais



■ Produção responsável

Como produzir mais e melhor em espaços cada vez menores e sem destruir as nossas reservas ambientais? Com 7 bilhões de pessoas – e potencialmente 9 bilhões, em menos de 40 anos – habitando o mesmo planeta, a questão acima nunca antes foi tão debatida. E se regularização ambiental não é resposta definitiva para a pergunta, com certeza é o primeiro e mais importante passo para encontrá-la. “*O Código Florestal é a lei que permite que coloquemos lado a lado conservação e produção agrícola*”, defende Ana Cristina Barros, representante nacional da TNC. Mais do que uma obrigação, a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL) é fundamental para a sobrevivência da produção agropecuária e, adotando este fato como premissa, a TNC tem trabalhado para desenvolver estratégias e incentivos reais para que o código seja cumprido, sendo o Cadastro Ambiental Rural (CAR) uma importante ferramenta neste esforço.

Colheita de Soja, Mato Grosso

Todos ganham com o CAR

Nos estados do Pará e Mato Grosso, um banco de dados com informações cartográficas detalhadas sobre as propriedades rurais ajudou a resgatar da lista negra do governo federal, dois municípios conhecidos tradicionalmente pelos altos índices de desmatamento e degradação, resultado da expansão da fronteira agrícola e da abertura de pastos para a pecuária extensiva. Com o avanço, **Paragominas** e **Querência** abriram as portas para novos mercados, atraíram investimentos privados e fortaleceram seus produtores. Essa cadeia de transformação pode ser atribuída à adesão dos donos de terras ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma espécie de carteira de identidade dos imóveis rurais, que funciona como pré-requisito para a obtenção de licenciamentos ambientais para quaisquer atividades econômicas.

Em Mato Grosso, doze municípios - **Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Tapurah, Feliz Natal, Campos de Julio, Sapezal, Juina, Cotriguaçu, Juruena e Brasnorte** - trabalham intensamente para concluir a adequação ambiental dos imóveis rurais e demonstrar que é possível aliar produção e conservação. Ao todo são 8 milhões de hectares (88% da área cadastrável dos municípios) de imóveis mapeados no banco de dados dos projetos da TNC, que vêm progressivamente se transformando em Cadastro Ambiental Rural - CAR. Em termos de CAR protocolado, são mais de 3 milhões de hectares, que representam, em média, 34% da área passível de cadastramento destes municípios. **Usando essas experiências bem-sucedidas como modelo, a TNC vem agora oferecendo suporte técnico para promover o CAR em outros municípios de Mato Grosso Sul, Bahia e Tocantins.** As áreas correspondem a alguns milhões de hectares, e a meta é assegurar um melhor planejamento territorial e uma gestão ambiental eficaz, atraindo investimentos para os municípios. Nesse sentido, em 2011, os avanços foram significativos:

Paragominas, Pará



Novos rumos do desenvolvimento em Marabá

Paragominas é referência. O Governo do Estado do Pará lançou o Programa Municípios Verdes, baseado em grande parte em trabalhos de adequação ambiental e CAR desenvolvidos pela TNC e por parceiros em Paragominas, com apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável. O programa visa a combater o desmatamento ilegal em mais de **90 municípios do estado**, fomentar a adequação ambiental e fortalecer a economia verde e de baixo carbono.

Freando o desmatamento na Amazônia. Com o suporte da TNC e de seus apoiadores – Bird/MMA, Cargill, Fundo Amazônia/BNDES, Fundo Vale e USAID –, mais de 24,5 milhões de hectares de terras no estado do Pará foram incluídas no CAR ao longo do ano passado. Com isso, municípios como Marabá, Santana do Araguaia, Cumaru do Norte e São Félix do Xingu atingiram o critério de 80% de suas áreas produtivas cadastradas, condição necessária para deixarem a lista dos que mais desmatam. Além de proteger a floresta, o avanço beneficiará produtores locais, que voltam a ter acesso às linhas de crédito.

Principal centro econômico do sul e sudeste do Pará, Marabá tem na pecuária uma fonte de renda essencial para seus moradores. O rebanho bovino do município, em 2009, chegava a 510 mil cabeças de gado. A fragilidade das práticas ambientais, no entanto, nublava o potencial de crescimento da região. Regularização ambiental era coisa rara, a ponto de o município sofrer um baque econômico quando entrou, em 2008, para a lista dos que mais desmatam a Amazônia, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente. Com a medida, os produtores marabenses perderam acesso ao crédito rural em bancos públicos e fecharam o ano sem compradores e sem capital para investir. A falta de alternativas fez a comunidade rever seu modelo de produção. Em 2010, a prefeitura de Marabá e a TNC começaram a executar um plano de mobilização dos produtores. Menos de um ano após o início do trabalho, executado em parceria com os sindicatos locais, com apoio do Ministério do Meio Ambiente e recursos de doação do *Rain Forest Trust Fund*, administrado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Marabá chegou ao patamar de inclusão de mais de 80% da sua área cadastrável no Sistema Oficial do Governo do Estado do Pará. Graças à parceria da TNC com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o município também se prepara para se tornar o primeiro do Pará a incluir todos os seus assentamentos rurais no CAR, uma conquista importante, já que as áreas de reforma agrária correspondem a mais de um terço do território do município. *“É hora de optar por um caminho de crescimento caótico ou por um de ordenamento ambiental e territorial, que faça a região toda crescer melhor. Felizmente, a expansão do CAR em Marabá sinaliza uma escolha pela sustentabilidade”*, diz Francisco Fonseca, coordenador da estratégia de Produção Responsável da TNC na Amazônia.



© Ami Vitale

Projeto Soja Responsável alcança novas audiências.

Com a renovação do apoio financeiro da Cargill no valor de R\$ 5,8 milhões, o projeto Soja Responsável – que já cadastrou 153 produtores no CAR em Santarém e Belterra, no Pará, o que representa 290 imóveis rurais e cerca de 85 mil hectares – pôde ser ampliado para municípios de Mato Grosso, começando por Matupá, na região norte do estado. A nova fase de atividades do projeto também incluirá o monitoramento de desmatamento e identificação de novos indicadores de qualidade de água, além da produção de cacau responsável no Pará.

Mato Grosso comemora números do CAR. No último trimestre do ano, a TNC finalizou o projeto de adequação das propriedades rurais implementado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente em três municípios de Mato Grosso com resultados animadores: 500 imóveis rurais registrados no CAR, o que equivale a 40% das propriedades dos municípios de Juína, Brasnorte, Feliz Natal, e representa a conservação potencial de 984 mil hectares. Nos municípios de Nova Mutum, Tapurah, Nova Ubiratã, Sapezal, Juruena, Cotriguaçu e Campos de Júlio, onde o projeto de adequação ambiental foi implementado com o apoio do Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a adesão de proprietários rurais ao CAR também foi expressiva: 1297 propriedades registradas, que representam a conservação de 2 milhões de hectares. Só em Nova Ubiratã, a adesão ao CAR aumentou 400% no último ano.

Produção e conservação no Cerrado baiano. Na região do Oeste da Bahia, que responde hoje por cerca de 30% da produção do algodão brasileiro, 5% da soja e 3% do milho, a TNC ajudou a pautar quatro normas – uma lei, um decreto, uma portaria e uma instrução normativa – que viabilizam toda a estratégia de adequação ambiental de imóveis rurais. Essas normas garantem a sustentabilidade das ações de conservação e adequação das propriedades rurais que a TNC executa em campo. No município de Luiz Eduardo Magalhães, um dos maiores exportadores da região, a TNC contribuiu com o planejamento de uma fazenda de 40 mil hectares, pertencente à empresa Agrifirma, que incorporou importantes princípios de planejamento de paisagem para a alocação da Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APPs). A adoção dessas práticas resultará em 23 mil hectares de área conservada.

Tecnologia a serviço da conservação. Como alternativa para superar os principais entraves para o licenciamento das propriedades rurais de acordo com a legislação ambiental vigente no país, a TNC desenvolveu, em parceria com os setores público, privado e ONGs, o CARGEO. Trata-se de uma plataforma que facilita a identificação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), orientando de maneira simplificada a regularização de passivos e, quando necessário, apresentando planos de recomposição de áreas desmatadas. Essa ferramenta está sendo utilizada com sucesso em projetos tripartites em estados como Mato Grosso e Pará. Como prova da eficácia dessa ferramenta, o Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do programa Mais Ambiente, que ajuda proprietários rurais a cumprirem suas obrigações perante a legislação ambiental, lançou um portal on-line baseado no software criado pela TNC para mapeamento e cadastramento de imóveis rurais.

Paragominas, Pará



Energia verde e sustentável. Em parceria com a empresa Adecoagro, a TNC apoia a adequação ambiental das propriedades rurais produtoras de cana-de-açúcar nos municípios de Angélica, Ivinhema e Novo Horizonte do Sul, na região sudeste de Mato Grosso do Sul. No primeiro ano, o projeto mapeou a hidrografia e o uso do solo e identificou as áreas prioritárias para recuperação, com destaque para as APPs. Atualmente, nos três municípios, a área plantada com cana-de-açúcar abrange cerca de 40 mil hectares, sendo esperado nos próximos anos um aumento para mais de 80 mil hectares.



Licenciamento para a conservação e o desenvolvimento

O pequeno município de Nova Mutum, localizado a 240 quilômetros da capital mato-grossense, tem pouco mais de 31 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), espalhados em 9,5 mil quilômetros quadrados de área. Cresceu e se desenvolveu a partir da chegada de produtores rurais sulistas, como o gaúcho **Alfredo Horn**, que fincou raízes na região em 1978, trazendo na bagagem, além da experiência com culturas de arroz e milho, uma perspectiva que começava a apontar como negócio promissor: a soja.

“Percebemos que as safras de arroz iam diminuindo a cada ano. Por isso, começamos a fazer experimentos com a soja. Em 1981, decidimos enfrentar essa cultura”, orgulha-se o agricultor. Alfredo Horn se define como um inovador – e, de fato, é reconhecido por isso. Ao se dedicar ao estudo das novas tecnologias e alternativas para aumentar a produtividade no campo, ajudou a consolidar a cultura da soja e a pavimentar o desenvolvimento da região. Ganhou um prêmio nacional pelo trabalho precursor e acabou tornando-se referência para os demais produtores.

Sempre pensando à frente, o agricultor também **foi o primeiro do município a aderir ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)**, com a chegada do projeto **Nova Mutum Sustentável**, implantado pela TNC com o apoio do Fundo Amazônia/BNDES. Horn percebeu que a sustentabilidade de seu negócio passava necessariamente pelo licenciamento ambiental e abriu o precedente. *“A regularização permite ao produtor rural planejar melhor as suas atividades e organizar a sua cadeia produtiva. Além disso, se hoje você não estiver com a sua propriedade regularizada, você passa a ter barreiras, como tantas vezes já tivemos aqui”,* explica.

A opinião alcançou os demais. Hoje cerca de 50% dos imóveis rurais de Nova Mutum já estão inseridos no CAR. *“A gente já errou muito. Hoje não podemos esperar mais. Temos que reunir o máximo de informações, ter o município nas mãos e nos olhos, para poder direcionar o que pode ser feito e o que não pode e, assim, ganhar em produtividade, diversidade de atividades e proteção do meio ambiente. É assim que vamos derrubar o estigma de grande desmatador que pesa sobre o estado de Mato Grosso”,* defende.

■ água

Mais de 2 bilhões de pessoas não têm acesso a água limpa e a instalações sanitárias. Situação que pode ser agravada por um fornecimento de água cada vez mais incerto para 60% da população mundial. Buscando responder a esse cenário, a TNC - em parceria com governos, empresas, organizações e comunidade - busca garantir a quantidade e qualidade da água por meio da melhoria na gestão de bacias hidrográficas e do desenvolvimento de soluções financeiras inovadoras - como os Fundos de Água e o Pagamento por Serviços Ambientais. No Brasil, a TNC também trabalha em parceria com grandes empresas para calcular, reduzir e compensar a pegada hídrica de suas plantas industriais, e participa de reconhecidos fóruns globais de conservação da água, como a Rede da Pegada Hídrica (*Water Footprint Network*) e a Aliança pelo Uso Responsável da Água (*AWS - Alliance for Water Stewardship*). Atualmente, um em cada 10 brasileiros consome a água que a TNC ajuda a proteger.

Alavancando os projetos para a escala das políticas públicas.

O histórico de sucessos dos 11 projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) focados em água – atualmente adotados em oito estados brasileiros – tem influenciado a formulação e a implementação de políticas públicas em nível municipal, estadual e federal. O projeto de lei de PSA, em discussão no Congresso Nacional, inclui inúmeras recomendações feitas pela TNC, como a possibilidade de transferência de recursos públicos para proprietários de terras e a necessidade de disposições sobre isenções fiscais em pagamentos por serviços ambientais. Outra contribuição concreta da TNC foi colocar em pauta a discussão sobre a necessidade de incorporação de critérios científicos na definição de prioridades para implementação dos projetos e no desenvolvimento de protocolos de monitoramento de resultados de serviços ambientais, atendendo de forma direta e pragmática à necessidade de conciliação entre conservação e desenvolvimento.

Os números do Produtor de Água

Em 2011, o projeto Produtor de Água expandiu em números e área de atuação: de sete projetos em 2010, para **11 em 2011**; de três estados em 2010, para **oito em 2011**; de 139 beneficiados em 2010, para **1821 em 2011**. Com isso, foram repassados **R\$ 9,6 milhões** aos produtores rurais que aderiram ao projeto.

Garantindo o abastecimento de água na grande São Paulo. Trinta e três mil litros de água potável por segundo é o que consome cerca de 50% da população da Região Metropolitana de São Paulo, somando mais de 10 milhões de pessoas. Para gerar essa quantidade colossal de água e garantir a boa saúde da economia brasileira, águas de cinco bacias hidrográficas – Jaguari, Jacaré, Atibainha, Juquery e Cachoeira – percorrem um caminho complexo: seis reservatórios interligados por 48 quilômetros de túneis artificiais subterrâneos, canais, bombas, uma transposição e uma das maiores estações de tratamento de água da América Latina formam o reconhecido Sistema Produtor de Água Cantareira. Ainda que muitas das áreas que abrangem o complexo de represas sejam identificadas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), de acordo com o Código Florestal, longos trechos de margens exibem solos descobertos. Dos 38 mil hectares de APPs mapeados, apenas um quarto possui a proteção das matas.

Para garantir a segurança hídrica da região e a preservação de uma área de rica biodiversidade, a TNC inovou, em 2011, ao **aliar as duas abordagens de PSA (água e carbono) para financiar atividades de restauração e conservação em escala na região.**

Desde 2007, a TNC vem trabalhando junto a prefeituras, comitês de bacias e empresas privadas em projetos emblemáticos de Pagamentos por Serviços Ambientais, como o Conservador das Águas, em Extrema (MG), o Produtor de Água PCJ, em Nazaré Paulista (SP) e Joanópolis (SP), e o projeto Cachoeira, em Piracaia (SP).

No momento, todo o Sistema Cantareira está em processo de validação pelo padrão **Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB)**, que tem por objetivo captar o carbono da atmosfera e gerar ganhos reais para a biodiversidade local e às comunidades do seu entorno. Depois de certificada, a iniciativa representará um marco para o mercado de serviços ambientais em todo mundo, tornando-se a primeira a potencializar os resultados de carbono e água na mesma geografia.

“Estamos no ponto de deixar de ser projetos isolados para ser um programa completo, com vários projetos e estratégias de conservação que se complementam e garantem a melhoria da infraestrutura verde da região”

Aurélio Padovezi | Coordenador de Restauração Florestal da TNC

Serra da Cantareira, São Paulo

Novas perspectivas para a população rural de Piracaia

“A TNC foi uma parceira de extrema importância, porque além de nos orientar e nos incentivar, ela nos trouxe a oportunidade de formação”

André Cunha do Amaral | Presidente da Cooperativa Ambiência

Assim como grande parte dos jovens do município de Piracaia, localizado na região do sistema Cantareira, no estado de São Paulo, André Cunha do Amaral, até bem pouco tempo atrás, tirava seu sustento de trabalhos esporádicos em carvoeiras e de alguns bicos no comércio. Sem grandes opções de vocações profissionais, a cidade, que ao longo dos anos voltou-se para a pecuária de leite extensiva, viu muitos de seus jovens partirem. Com a chegada do projeto Cachoeira, no entanto, a sorte de Piracaia começou a mudar.

Implementado em 2009, pela TNC em parceria com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e a *Dow Foundation*, o projeto de restauração incentivou a criação de uma cooperativa de reflorestadores para absorver a demanda no campo. Líder comunitário nato, André viu na ideia a realização de um sonho: “*Eu queria criar alguma alternativa para manter os jovens de Piracaia aqui. Tentei várias opções, mas nenhuma foi viável. Então apareceu o projeto Cachoeira e viabilizou isso*”, conta.

André se ocupou de convencer, um a um, os 21 cooperados a se engajarem na ideia. “*Mais do que uma fonte de renda, eu via o projeto como uma oportunidade de formação profissional e dizia isso para os meus colegas*”, lembra. Foram vários cursos de formação e capacitação em cooperativismo, técnicas de restauração florestal e coleta de sementes. André, hoje presidente da cooperativa Ambiência, encontrou uma carreira da qual se orgulha: está a um passo de concluir a faculdade de gestão ambiental e já inspirou muitos a fazerem o mesmo.

Segundo a prefeita de Piracaia, Fabiane Santiago, cada cooperado recebe, em média, R\$ 1.500,00 – uma renda que dificilmente teriam se tivessem largado o

campo e migrado para a cidade. “*É um recurso muito importante porque também fixa a população que é da zona rural na zona rural*”, argumenta a prefeita. Dois anos após sua fundação, a cooperativa Ambiência expandiu a sua área de atuação para outros municípios e aparece como um importante aliado para o amplo trabalho de conservação do Sistema Cantareira.



Extrema na vanguarda. O projeto Conservador das Águas, no município de Extrema, Minas Gerais, foi o **vencedor do Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da Caixa Econômica Federal.** O projeto, estabelecido em 2006, atualmente remunera cerca de 150 produtores rurais que adotam práticas sustentáveis de manejo de solo e água e beneficia uma população de 14 milhões de habitantes.

Novos acordos para conservação. Em 2011, a TNC firmou novas importantes parcerias para a implementação de projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais em três estados brasileiros.

No Tocantins, um acordo com a companhia de saneamento do estado, a Saneatins, para a implementação do Produtor de Água na bacia do ribeirão Taquarussu, pretende assegurar o abastecimento de 70% da população da cidade de Palmas. A intensa degradação na bacia de 40 mil hectares, resultado do avanço das atividades agropecuárias e da urbanização, causaram uma redução da disponibilidade de água e o assoreamento do reservatório onde é feita a captação.

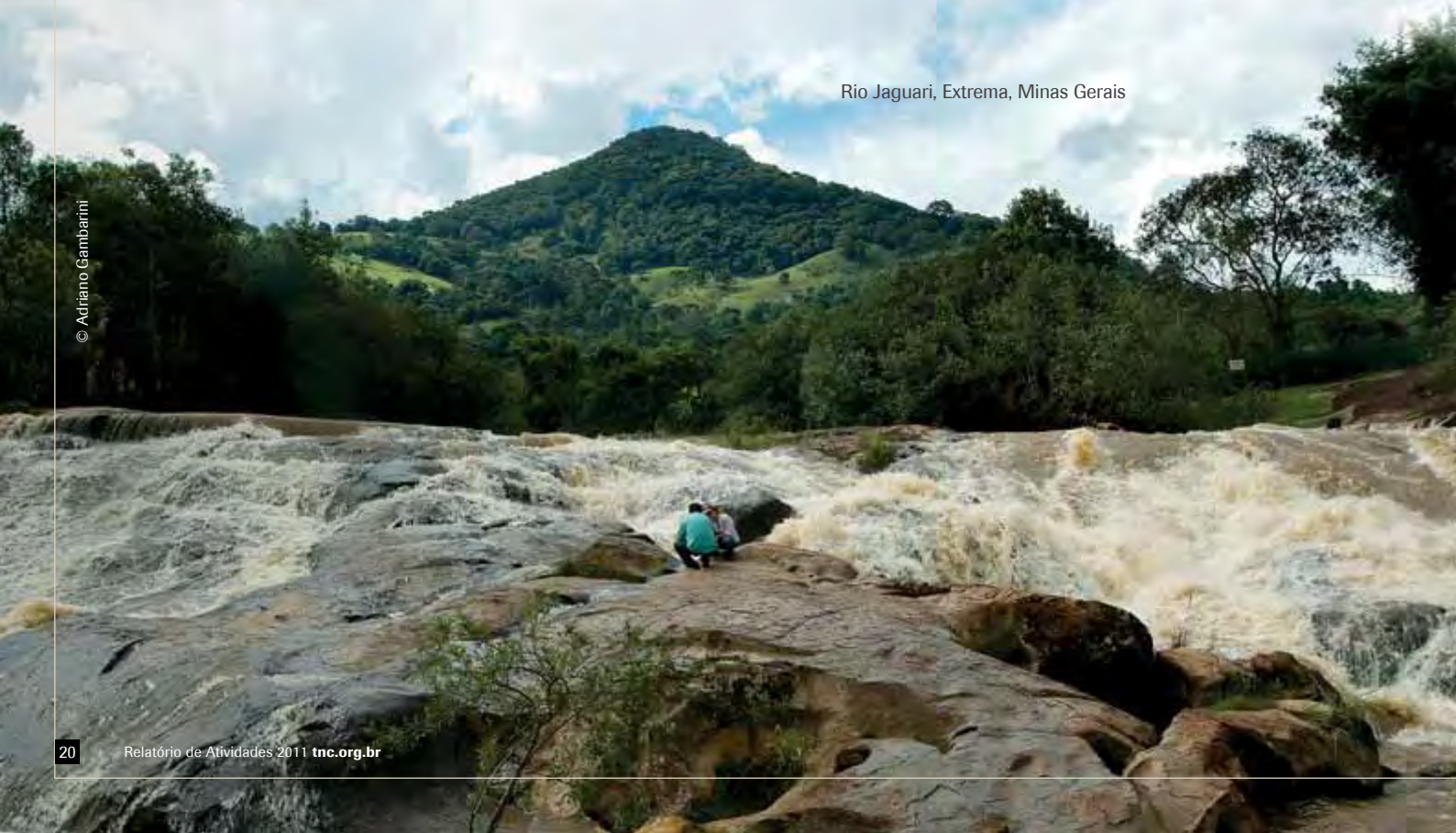
No Distrito Federal, a TNC assinou com mais 13 instituições o acordo de cooperação técnica para o início das atividades do Produtor de Água na bacia do ribeirão Pípiripau, que abastece cerca de 180 mil pessoas que vivem próximas a Brasília. A implantação do projeto iniciou-se com o plantio de 30 mil mudas nas cabeceiras do ribeirão. Entre os parceiros estão a Agência Nacional de Águas (ANA), a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), o Ministério da Integração Nacional, a Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF), o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF), a Universidade de Brasília (UnB), o Instituto Brasília Ambiental, o Conselho Nacional do Sesi, o WWF e a TNC.



© Adriano Gambarini

Extrema, Minas Gerais

Rio Jaguari, Extrema, Minas Gerais



© Adriano Gambarini



© Leonardo Prado

ACIMA:
Parque dos Pequizeiros, Bacia do Ribeirão
Pipiripau, Distrito Federal

AO LADO:
Bacia do Guandu, Rio de Janeiro

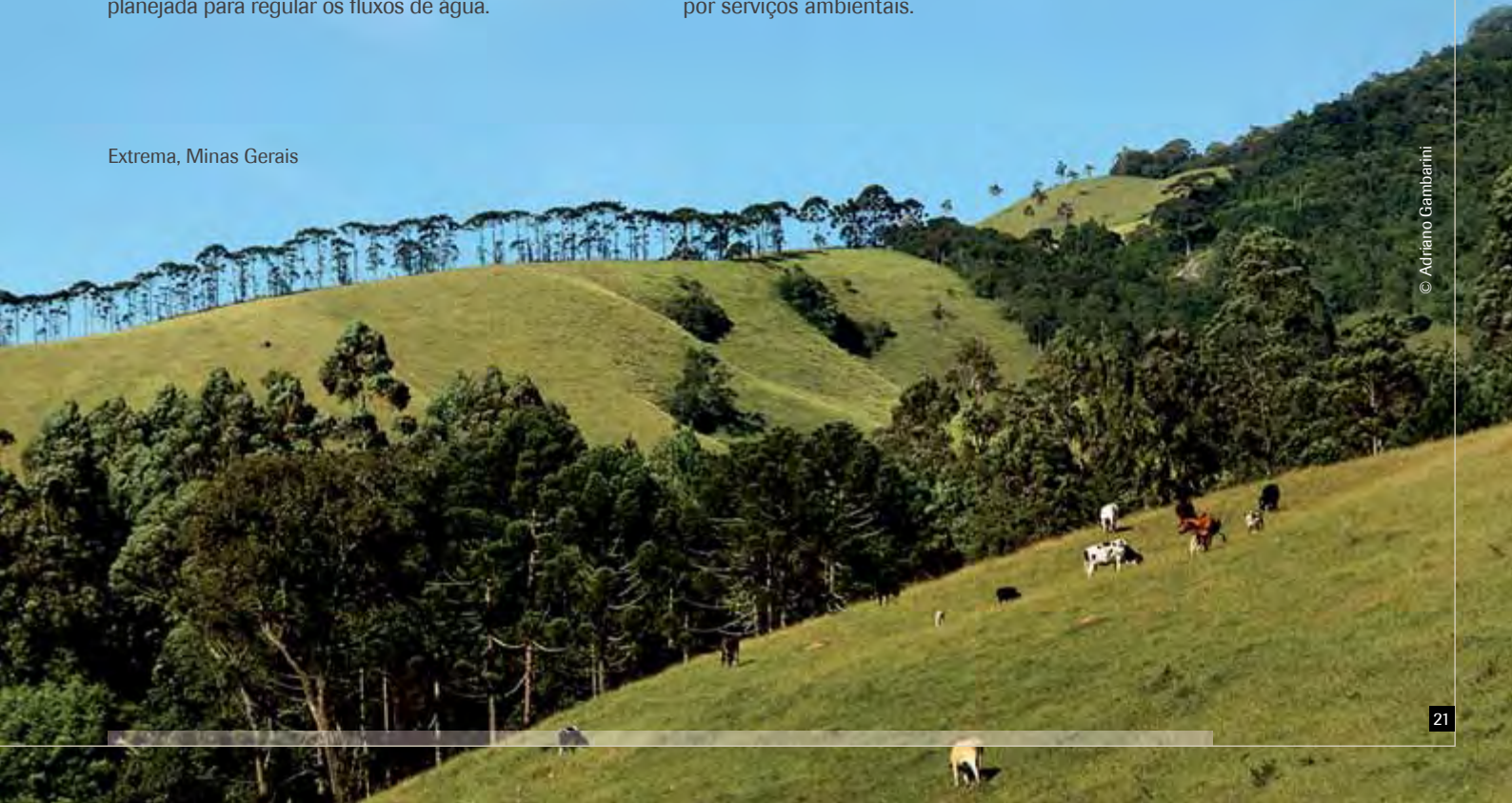


© Adriano Gambarini

Em Santa Catarina, um acordo firmado entre TNC e a Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Balneário Camboriú (Emasa) prevê R\$ 2,4 milhões para atividades de restauração florestal na bacia do rio Camboriú. O projeto deverá assegurar o abastecimento de água de um dos destinos turísticos mais procurados do país por meio da conservação e restauração de 354 hectares de matas que contornam os corpos d'água da região. Com população na casa dos 150 mil habitantes, Camboriú chega a receber mais 300 mil pessoas durante a alta estação, exercendo uma pressão gigantesca no sistema de abastecimento do município. O investimento na infraestrutura verde substituirá a construção de uma barragem, com um custo estimado em R\$ 17,6 milhões, planejada para regular os fluxos de água.

Programa de PSA no estado do Rio de Janeiro é realidade. Em 2011, o governo fluminense publicou um decreto que viabiliza a implementação de um programa de Pagamentos por Serviços Ambientais no estado. A norma, baseada no projeto modelo desenvolvido pela TNC na bacia hidrográfica do rio Guandu, que abastece 80% da população do Rio de Janeiro, define os serviços ambientais aplicáveis (conservação da biodiversidade, proteção da qualidade e quantidade da água, sequestro de carbono e proteção de matas ciliares) e as fontes adicionais de financiamento. Pelas estimativas da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, o programa deverá gerar R\$ 60,6 milhões por ano em pagamentos por serviços ambientais.

Extrema, Minas Gerais



© Adriano Gambarini

Fundos de Água na América Latina. Foi lançada em 2011, a Aliança de Fundos de Água para a América Latina, uma parceria entre a TNC, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Fundação Femsa e o *Global Environmental Facility* (GEF), que tem como meta alavancar a conservação em regiões estratégicas para o abastecimento de água, apoiando a criação e o desenvolvimento de 32 fundos de água na América Latina e no Caribe. Os fundos de água já estão em operação no Equador, na Colômbia, no Peru, no México e no Brasil, onde o principal modelo em implementação é do Produtor de Água, em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA). Em 2000, a TNC liderou o processo de criação do primeiro Fundo de Água do continente, na cidade de Quito, Equador, e hoje oferece sua experiência na gestão e implantação de projetos, no planejamento local e regional e em monitoramento de resultados.

Um alerta sobre o Pantanal. Estudo inédito conduzido ao longo de três anos pela TNC, pelo WWF-Brasil e pelo Centro de Pesquisas do Pantanal na Bacia do Rio Paraguai lançou um alerta a governos, empresas e sociedade civil organizada sobre a saúde ecológica de um dos biomas de maior biodiversidade do planeta: o Pantanal. A Análise de Risco Ecológico da Bacia do Rio Paraguai, divulgada no início de 2012, revelou que a maior planície inundada da Terra está ameaçada, principalmente, pelos avanços das hidrelétricas e da agropecuária nas regiões das cabeceiras dos rios que alimentam este ecossistema. O estudo faz recomendações específicas, tais como a implementação de regimes de vazões ambientais para as hidrelétricas em operação e a revisão do planejamento hidrelétrico na bacia, além da promoção de melhores práticas agrícolas e de manejo da área.

Em 2011, a TNC assinou parceria com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) para executar um conjunto de atividades técnicas, científicas e de engajamento social que são fundamentais para a proposição de ações de conservação dos ecossistemas de água doce na bacia do rio Paraguai, com ênfase na proteção do Pantanal. Entre essas atividades estão a aplicação pioneira no Brasil da abordagem ELOHA (Limites Ambientais para as Alterações Hidrológicas), a definição de regimes de vazões ambientais para operação ecológica de reservatórios, o detalhamento dos sistemas ecológicos aquáticos e a avaliação da pegada hídrica dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do Alto Paraguai.



© Scott Warren

Rancho Acurizal, Pantanal, Mato Grosso

Exemplo de responsabilidade ambiental.

Como parte do esforço de divulgação do conceito de Pegada Hídrica no país, a TNC organizou, em parceria com o WWF, a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP) e a Rede da Pegada Hídrica (*Water Footprint Network*), o 1º Curso Regional sobre Pegada Hídrica no Brasil. A palestra, ministrada pelo professor Arjen Hoekstra, da Universidade de Twente, na Holanda, criador do conceito e diretor científico da rede, contou com cerca de 50 participantes de

diversos setores e instituições. Além disso, a TNC apoiou e participou de diversos seminários realizados em instituições ligadas à temática, como a Agência Nacional de Águas (ANA), a Embrapa, a Universidade de Brasília (UnB), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Universidade de São Paulo (USP) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e ainda traduziu o Manual de Avaliação da Pegada Hídrica para o português, com lançamento marcado para este ano.

Rio Juruena, Mato Grosso

■ florestas e clima

O Brasil é hoje o 5º maior emissor de gases do efeito estufa do mundo – atrás apenas dos Estados Unidos, da União Europeia, da China e da Indonésia –, sendo 70% de suas emissões provenientes do desmatamento e da degradação das nossas florestas. Para encontrar respostas aos desafios causados por um clima em transformação e ajudar o país a alcançar suas metas de redução de emissões, a TNC vem articulando diversos setores – governos, empresas, comunidades – no desenvolvimento de projetos que visam à valorização da floresta em pé como forma de garantir a estabilidade do clima, a conservação dos nossos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida das populações locais. Como principal ferramenta, a TNC utiliza técnicas de conservação e restauração de florestas, seja incluindo esta preocupação em iniciativas voltadas às terras indígenas, à proteção da água ou à disseminação de boas práticas agropecuárias seja em projetos relacionados especificamente a mudanças climáticas. A organização apoia ainda a construção de políticas públicas relacionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em trabalho conjunto com todas as esferas de governo e com outras ONGs.



Castanheira, São Félix do Xingu, Pará

Um modelo para o desenvolvimento sustentável de baixo carbono. Em maio de 2011, a prefeitura de São Félix do Xingu, no Pará, firmou parceria com a TNC para elaborar e implementar, com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Programa Piloto de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) do Xingu Central. Ações de REDD+ são aquelas que têm como objetivo melhorar as condições de vida nas comunidades envolvidas e, ao mesmo tempo, preservar as florestas em pé, para evitar que o carbono armazenado nas árvores seja liberado para a atmosfera. Abrangendo uma área de mais de 11 milhões de hectares, o que equivale a aproximadamente o tamanho da Guatemala, e incluindo parte do município de São Félix do Xingu, unidades de conservação e terras indígenas, o programa visa a se tornar um modelo para o desenvolvimento sustentável de baixo carbono por meio de uma iniciativa integrada de grande escala que envolve diversos atores e tipos de uso da terra. Uma

nota conceitual que descreve os principais elementos do programa piloto, o plano de engajamento com as partes interessadas e a estratégia de áreas protegidas já foram elaborados e estão sendo analisados por parceiros. “*Queremos inserir as iniciativas de REDD+ em um esforço mais amplo de gestão territorial e ambiental e de desenvolvimento de uma economia verde na região*”, diz Angélica Toniolo, coordenadora do piloto de REDD+ de São Félix do Xingu.

Pequenos agricultores definem plano de manejo para APA Triunfo do Xingu. Criado com apoio da TNC e do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável, o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu efetivou em 2011 a homologação de seus conselheiros. Os 32 membros do conselho, encarregados de elaborar um plano de manejo para o território, participaram de oficinas e capacitações para que tenham melhores condições de gerir a área, que, até 2009, teve 25% de sua área florestal comprometida pelo desmatamento. Os cursos foram dados em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). A Unidade de Uso Sustentável, criada em 2006 pelo Governo do Estado do Pará, abrange 1,6 milhão de hectares e está

Rio Xingu, Pará



localizada nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, sendo que a maior parte dela (mais de 1 milhão de hectares) está em São Félix. A APA integra o grande corredor de biodiversidade constituído por unidades de conservação e terras indígenas contíguas, localizadas na bacia do Rio Xingu.

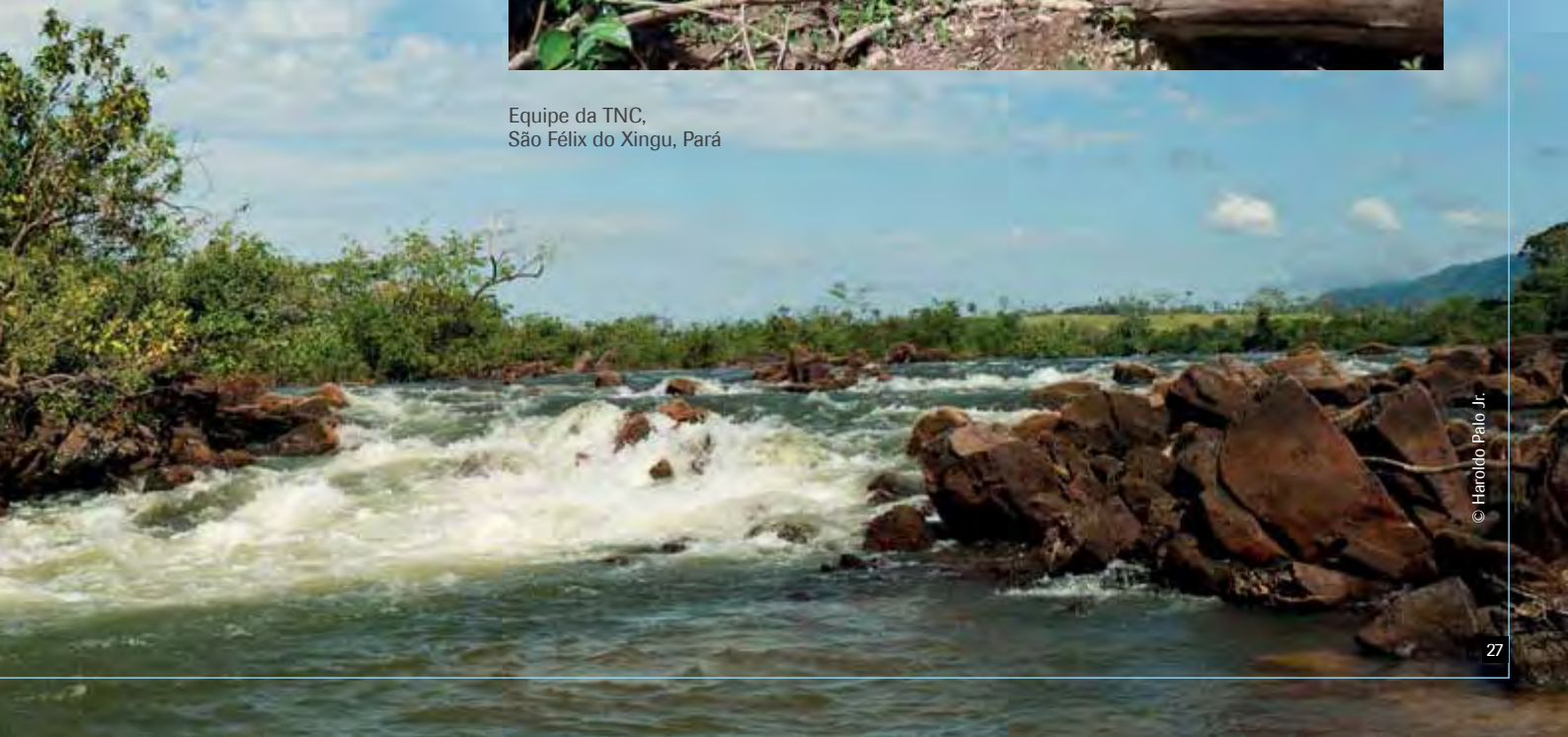
Pesquisas aceleram a implantação do Programa Piloto de REDD+ do Xingu Central. Especialistas estão desenvolvendo na região estudos sobre estoques de biomassa em diferentes tipos de cobertura vegetal e usos da terra na área piloto para identificar formas de melhorar as taxas de sequestro de carbono que sejam viáveis econômica e socialmente.

Radiografia da atividade madeireira. Ainda como parte da contribuição científica da TNC para a implantação Programa Piloto de REDD+ do Xingu Central, foi realizada uma análise detalhada sobre a cadeia produtiva da atividade madeireira na região de São Félix do Xingu. A pesquisa identificou os principais gargalos para a implementação de modelos de exploração sustentáveis. A falta de compreensão e o descumprimento das leis ambientais e trabalhistas por parte dos produtores aparecem como o maior entrave. Para reverter esse quadro, o estudo traçou um plano de ação e propôs projetos específicos para o fomento da atividade. Alguns projetos serão escolhidos para implementação em fase piloto.



© Rane Cortez/TNC

Equipe da TNC,
São Félix do Xingu, Pará



© Haroldo Palo Jr.

TNC promove oficinas de REDD+ com atores

locais. Realizados em São Felix do Xingu e Altamira, os treinamentos abordaram temas como mudanças climáticas, conceitos básicos de REDD+, projetos de REDD+ e o Programa Piloto de REDD+ do Xingu. A capacitação envolveu a ONG Adafax, organização local que possui trabalhos de desenvolvimento sustentável com pequenos produtores, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e professores universitários. O treinamento é um dos eixos centrais do plano de engajamento com as partes interessadas do programa. Mais de 50 pessoas foram capacitadas, incluindo técnicos da Adafax, pequenos produtores e integrantes do governo.

Rumo a uma política completa de REDD+. Em 2011, a TNC participou ativamente das discussões com técnicos do Governo do Estado do Pará sobre a

criação de uma política de REDD+/PSA. Com o apoio da USAID, a TNC e o Instituto Centro de Vida (ICV) contribuíram para o mesmo processo em Mato Grosso.

Plant a Billion Trees comemora avanços.

A campanha online *Plant a Billion Trees* ultrapassou a meta para o ano fiscal 2011 em 34%, refletindo os esforços de restauração florestal em cinco estados – Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. A TNC alcançou a marca de 8 milhões de árvores, viabilizando a restauração de 3,2 mil hectares da Mata Atlântica brasileira. Outro avanço foi a conclusão do sistema de monitoramento da campanha, que vincula as áreas que estão em processo de restauração (ou que já foram





© Cadija Tissiani/TNC



© Cadija Tissiani/TNC

ACIMA:
Guaraqueçaba, Paraná

Parque das Araucárias, Turvo, Paraná

PÁGINA OPOSTA:
Mata Atlântica

restauradas) às doações recebidas. O sistema localiza a área geográfica de cada doação por meio de uma interface com o *Google Earth*, o que auxilia os coordenadores na gestão dos projetos e permite prover relatórios para os doadores acompanharem a destinação de cada dólar doado.

Cap and Trade em São Paulo. A TNC vem trabalhando junto ao governo de São Paulo para a regulamentação da Lei de Mudanças Climáticas no estado. A maior contribuição da TNC ao texto foi a inclusão de uma medida que facilita a implementação de um sistema regional de *cap and trade*, considerando a implementação de projetos florestais como forma de compensação das emissões. *Cap and trade* é um mecanismo que determina um teto de emissões de CO₂ para cada setor da indústria e permite que as companhias que reduziram suas emissões acima do limite estabelecido comercializem seus créditos de carbono.

Novo acordo impulsiona restauração da Mata Atlântica. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) firmaram acordo com a TNC para apoiar o desenvolvimento de projetos de restauração florestal em três regiões distintas da Mata Atlântica: Mosaico de Unidades de Conservação Jacupiranga (SP), Reserva Florestal do Caçador (SC) e propriedades rurais particulares na região de Turvo (PR). As três áreas somam 130 hectares no total. O projeto prevê um investimento de R\$ 2,3 milhões. A TNC desenvolverá técnicas de restauração florestal voltadas para otimizar o armazenamento de carbono em Santa Catarina e, nos outros dois estados, criará modelos que permitam o uso econômico de produtos madeiráveis e não madeiráveis como a erva-mate. Disseminar o conhecimento gerado treinando as comunidades locais e demonstrar a viabilidade de geração de trabalho e renda por meio da restauração florestal são as principais estratégias para a replicação deste projeto em larga escala, como já vem acontecendo com o projeto Corredor Ecológico Monte Pacoal-Pau Brasil, em Caraíva, no extremo sul da Bahia.



Reflorestamento,
Joanópolis, São Paulo

© Adriano Gambartini

A comunidade descobre o seu valor

A pequena cidade pesqueira de Caraíva, cravada em um pedaço de terra que separa o Atlântico do rio que dá nome à cidade, no extremo sul da Bahia, tem pouco mais de 600 habitantes, que sobrevivem da pesca, do turismo e, não faz muito tempo, da restauração florestal.

Era final dos anos 90, quando o pescador Vilton José de Queiroz, o Federal, percebeu que o rio havia mudado de curso e perdido boa parte de seus robalos. *“Os peixes e as nascentes estavam morrendo, os locais para o turismo já não podiam mais ser visitados. Então começamos a nos movimentar para conscientizar os colegas sobre a importância de se proteger a bacia”,* lembra o pescador.

A mobilização da comunidade alcançou organizações comprometidas com a conservação da natureza, e desse engajamento resultou o projeto de Proteção das Águas e Recuperação da Mata Atlântica na Bacia do Rio Caraíva, implementado em 2004, em parceria com o Instituto Cidade. A participação nas atividades de restauração florestal despertou os trabalhadores rurais e integrantes das comunidades para o fato de que os serviços, além de contribuírem para a qualidade dos ecossistemas, se configuravam como uma oportunidade viável de trabalho e fonte de renda.

Da iminente constatação, nasceu, em 2005, a Cooperativa de Restauração da Mata Atlântica (Cooplantar), que contou com treinamento e capacitação em restauração florestal do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da ESALQ/

USP e com assistência técnica da TNC, do Instituto Bioatlântica (IBio) e da Conservação Internacional (CI).

“O povo daqui não tinha muita oportunidade. Não era todo dia que havia trabalho. Só no verão mesmo que podíamos exercer atividades ligadas ao turismo. Hoje tem muita família empregada nessa cooperativa. A gente fica muito satisfeito por ver o fruto do nosso trabalho”, revela Federal. Antes da cooperativa, os moradores de Caraíva recebiam, em média, R\$ 500,00 na alta temporada com atividades ligadas ao turismo ou outros trabalhos esporádicos, como o de pedreiro. Hoje, como reflorestadores, eles chegam a receber R\$ 800,00 por mês, além de assistência médica, transporte e alimentação.

Valkinete Soares dos Santos, o Netinho, largou o serviço de garçom pela dedicação à restauração florestal e não se arrepende. *“Eu estava de férias e vi que tinha o curso de restauração – uma capacitação oferecida pela TNC e pelo IBio. Resolvi fazer e acabei me envolvendo com a cooperativa. Hoje sou encarregado, lidero os funcionários no campo e me dedico a isso”,* diz.





■ terras indígenas

As terras indígenas representam quase 13% do território nacional. Reconhecendo a importância da contribuição dessas terras para a conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e da diversidade sociocultural, a TNC estabeleceu como uma das suas estratégias e prioridades de ação no Brasil o apoio à construção de políticas públicas integradas, sistêmicas e de âmbito nacional para a gestão ambiental e territorial das terras indígenas. Nesse sentido, há mais de 10 anos, a organização vem trabalhando junto aos setores público, privado, sociedade civil e lideranças indígenas para fortalecer a capacidade desses povos de responder à pressão sobre seus recursos e territórios tradicionais. A TNC tem atuado em três frentes: formulação de políticas públicas para gestão territorial das áreas indígenas; articulação junto ao governo federal e outras instituições para desenvolver arranjos institucionais e financeiros que permitam a implementação dessas políticas em projetos de campo que possam ser replicados em larga escala; e capacitação de lideranças indígenas, em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), organizações indígenas regionais, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outros órgãos de governo federal.




Capacitação de agentes ambientais indígenas no uso de GPS e SIG, Roraima

Por uma gestão mais efetiva. A TNC, o governo federal e organizações indígenas estão implementando o Projeto de Gestão Ambiental das Terras Indígenas (Gati), considerado uma iniciativa-piloto de implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI). Em 2011, o apoio dado pela TNC nesse sentido viabilizou a instalação da Unidade Nacional de Gestão do Projeto Gati e a realização de seminários regionais que permitiram a expansão da iniciativa para as cinco regiões brasileiras, além do desenvolvimento de iniciativas piloto do Gati nas terras indígenas do Oiapoque. Outro importante avanço observado no ano passado foi a inclusão da PNGATI como um dos objetivos do Plano Plurianual do governo federal para o quadriênio 2012-2015, que definiu como meta o desenvolvimento e a implementação de planos de gestão ambiental em 51 terras indígenas. A TNC está colaborando com o governo federal para o cumprimento desses objetivos.

Cafi prepara lideranças indígenas para gerir seus territórios. Em 2011, mais 15 líderes indígenas se formaram pelo Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi), em Manaus, como parte de uma iniciativa conjunta entre a TNC e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), com apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O Cafi já capacitou 115 lideranças para a gestão de terras indígenas, políticas públicas e gestão de projetos. Uma avaliação recente indicou que quase 75% dos alunos que concluíram os cursos trabalham com assuntos direta ou indiretamente relacionados à conservação em terras indígenas.

Líderes e jovens indígenas em ação. Emendas orçamentárias propostas por alunos formados pelo Cafi e líderes indígenas foram aprovadas pelo Congresso Nacional brasileiro. Em novembro de 2010, 14 alunos formados pelo Cafi se reuniram com deputados de seus estados para discutir e submeter emendas



Alunos formados pelo CAFI reunidos com deputados no Congresso Nacional, Distrito Federal

orçamentárias (para questões pertinentes à suas comunidades) para o Orçamento Público Federal de 2011. A visita fez parte do curso Gestão de Projetos do Cafí, que consiste em aulas teóricas e práticas sobre planejamento e monitoramento indígena e participação no planejamento e na execução de despesas públicas. **Por meio desse processo, foi aprovado R\$ 1,9 milhão em recursos adicionais no Orçamento Público Federal de 2011** para a gestão territorial e ambiental e etnodesenvolvimento em terras indígenas nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Acre, e para a formulação de uma rede básica de saúde e estabelecimento de postos de saúde em terras indígenas no estado de Amazonas. Desde 2006, deputados aprovaram diversas emendas orçamentárias propostas por lideranças indígenas locais e por alunos formados pelo CAFI, alocando um total de R\$ 15,6 milhões para a conservação e desenvolvimento sustentável de terras indígenas na Amazônia.

■ Enoch Taurepang

Enock Taurepang, 20 anos, é um dos alunos do Cafí. Escolhido para representar sua comunidade em um curso de seis meses, o jovem viajou a Manaus e se juntou a outros jovens líderes indígenas para aprender sobre conservação ambiental, direitos indígenas e políticas públicas e, mais tarde, aplicar esse conhecimento na administração e proteção do território Taurepang.

“Sempre quis ajudar o meu povo.
Os sonhos deles
são os meus sonhos e eu sabia
que eu podia realizá-los.
Eu só não tinha
as ferramentas para isso”

Enock Taurepang

Escolhidos por seus próprios grupos indígenas para participarem do curso, esses homens e mulheres vivem em Manaus por até nove meses e frequentam aulas no centro todos os dias. Seus treinamentos incluem cursos em administração de projetos, sistema de informação geográfica (SIG) e outras tecnologias, além de planejamento e gerenciamento ambiental e políticas indígenas.

“O Cafí me deu a oportunidade de combinar dois mundos diferentes: o conhecimento tradicional que eu adquiri dos meus ancestrais e a tecnologia e o conhecimento do homem não indígena. Ele também me mostrou que esses dois mundos sempre podem e devem trabalhar juntos”, explica o rapaz.



Reconhecimento ao trabalho dos agentes ambientais indígenas. A prefeitura de Oiapoque, no Amapá, elaborou de forma pioneira uma lei municipal que estabeleceu o cargo público de agente ambiental indígena. Assim, indígenas capacitados em gestão ambiental trabalharão em suas comunidades para implementar planos de gestão de recursos naturais e projetos de desenvolvimento local, ajudando a administrar mais de 540 mil hectares de terras indígenas na região. A TNC vem trabalhando com os povos Oiapoque desde 2002 e uma das primeiras iniciativas com o grupo era a de apoiar a capacitação de agentes ambientais indígenas. A criação do cargo é um passo importante no sentido de garantir a sustentabilidade financeira e a legitimação oficial do conhecimento tradicional dos povos indígenas.

Aprovado Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) dos povos Oiapoque. O Programa de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos do Oiapoque, elaborado com o apoio da TNC e da Fundação Nacional do Índio (Funai), foi aprovado em assembleia com 300 lideranças indígenas. O programa, baseado nas prioridades definidas no Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque, foi consolidado após uma série de reuniões e oficinas

de planejamento participativo realizada nas aldeias, em que foram identificados desafios, oportunidades, estratégias e projetos prioritários de conservação e desenvolvimento sustentável. Alguns desses projetos já começaram a ser implementados em 2011.

Organização regional fortalecida para combater crimes ambientais em terras indígenas.

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), maior federação indígena do estado, foi reforçado com a criação do Departamento Ambiental. A nova divisão trata de questões ambientais das terras indígenas representadas pelo CIR, fornecendo capacitação em gestão ambiental indígena, em legislação ambiental e indigenista e em mudanças climáticas, a fim de apoiar o fortalecimento técnico nas questões ambientais relacionadas aos seus territórios.

Estudantes no Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI), Manaus, Amazonas



PGTAS em Roraima. A TNC, em parceria com o CIR e a Funai, apoiou a construção de dois programas de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas de Jacamim e Maturuca, região nordeste da terra indígena Raposa Serra do Sol. Os programas, que agora seguem para aprovação na 41ª Assembleia Geral do Conselho Indígena de Roraima, foram desenvolvidos com apoio de ferramentas de planejamento participativo de gestão de terras indígenas desenvolvidas pela TNC no Oiapoque. Eles representam mais um passo no aprimoramento de instrumentos de gestão ambiental em terras indígenas para a proteção ambiental e territorial e para o uso sustentável dos recursos naturais visando o bem-estar das populações indígenas.

TNC capacita indígenas. Atendendo a demandas locais, a TNC apoiou a capacitação de agentes ambientais indígenas da Raposa Serra do Sol no uso de ferramentas como GPS e SIG. As oficinas têm ajudado os indígenas a documentar e monitorar áreas ocupadas de forma ilegal e melhorar sua capacidade de identificar e registrar tipos de habitat dentro de suas terras. Também foram realizadas três oficinas sobre legislação indígena e prevenção e controle de incêndios florestais. As pessoas capacitadas atuarão como multiplicadores em suas próprias comunidades, trabalhando com seus vizinhos para prevenir e controlar incêndios florestais.

TNC apoia iniciativas indígenas potencialmente geradoras de renda. Em 2011, a TNC apoiou a realização de uma série de atividades para fomentar empreendimentos econômicos indígenas, como o estímulo à produção de mel de abelhas nativas e o planejamento para o manejo do açaí, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), o Instituto Estadual de Florestas, o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Amapá (RURAP) e o Instituto Peabirú. Entre as ações, que fazem parte do escopo de implementação do Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque, pode-se destacar: três oficinas sobre meliponicultura em terras indígenas do povo Uaçá, no município de Oiapoque; três visitas de especialistas a campo para acompanhar e supervisionar atividades; um diagnóstico sobre a disponibilidade de matéria prima para artesanato; e uma oficina de produção de mudas e gestão de viveiros na terra indígena Raposa Serra do Sol.



© Reinaldo Lourival / TNC

Capacitação de agentes ambientais indígenas no uso de GPS e SIG, Roraima



■ infraestrutura inteligente

A TNC busca equilibrar o desenvolvimento de infraestrutura e extração de recursos naturais com a conservação da natureza. Para isso, procura influenciar processos de tomada de decisão, de forma a evitar, mitigar ou compensar plenamente os danos causados por projetos de infraestrutura e extração de recursos.

Minimizando os impactos da construção da rodovia Pucallpa-Cruzeiro do Sul.

Em 2011, o *Instituto Del Bien Común* (IBC), com apoio da TNC, concluiu estudo para identificar áreas ecologicamente vulneráveis ao redor da rodovia que liga as cidades de Pucallpa, no Peru, e Cruzeiro do Sul, no Brasil. O levantamento faz parte de um trabalho que vem sendo realizado pela TNC desde 2010, focado nos possíveis impactos socioambientais e ameaças à Serra do Divisor e à Reserva Territorial Isconahua, localizadas na área de influência do megaprojeto de infraestrutura, em construção na região amazônica. A iniciativa é financiada pelo *Provias Nacional* (PVN), órgão do Ministério de Transportes e Comunicação do Peru (MTC). Os resultados do estudo foram divulgados a vários atores do poder público, em duas reuniões – uma com o Governo Regional de Ucayali, em Pucallpa, e a outra com o Provias Nacional e o vice-ministro de Comunicações.

A TNC também definiu um cronograma de trabalho com instituições do governo dos Estados Unidos, como o Departamento do Interior (DOI), para a realização de uma série de atividades especificamente ligadas ao projeto Pucallpa-Cruzeiro do Sul. A programação inclui a participação da TNC na Sociedade Latino-Americana de Unidades Ambientais do Setor de Transporte (SLUAT), em fevereiro de 2012; a organização de uma reunião nacional para discutir os resultados dos estudos de viabilidade da rodovia Pucallpa-Cruzeiro do Sul, a cargo da Fundação para a Sobrevivência do Povo Cofan (FSC); além de uma visita de campo para identificar oportunidades para a participação de partes interessadas na implementação de projetos ligados a mudanças climáticas e REDD.

Cruzeiro do Sul, Acre



áreas protegidas e reservas privadas

As áreas protegidas são regiões prioritárias para conservação da biodiversidade e para o suprimento dos serviços ambientais de que a vida depende. Apesar de sua importância estratégica, no entanto, essas regiões ainda enfrentam inúmeros desafios para se manterem como a falta de financiamento e problemas de governança. Como alternativa, a TNC no Brasil trabalha para melhorar a eficiência da gestão de unidades de conservação (UCs) em todo o país e incentiva a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) na Mata Atlântica, no Cerrado, na Caatinga e no Pantanal. Para isso, desenvolve ferramentas para a manutenção dessas áreas e fornece apoio técnico na elaboração de estratégias e planos de manejo.



Jalapão, Tocantins

áreas protegidas e reservas privadas

Qualidade na gestão. Mais de dois milhões de hectares de áreas de conservação públicas vêm sendo monitoradas com o auxílio do Sistema de Gestão de Unidades de Conservação do Tocantins (Gesto), desenvolvido pela TNC e lançado no primeiro semestre de 2011. O estado do Tocantins foi o primeiro a implantar a plataforma em sua totalidade. O mecanismo é um dos únicos da América Latina capaz de monitorar as UCs, desde os trâmites necessários para a sua criação, com boa parte de suas funções focadas na conservação da biodiversidade, até o gerenciamento financeiro e administrativo das áreas. O sistema também permite acompanhar a situação fundiária dessas áreas, além de prevenir e combater queimadas e incêndios.

TNC transfere tecnologia. A pedido do governo brasileiro, a mesma tecnologia será agora transferida para o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e aplicada na gestão de parques e unidades de conservação públicas em todo território nacional. Essa abordagem, comprovadamente bem-sucedida em nível estadual, vai melhorar a eficiência da gestão de UCs públicas e o monitoramento do desmatamento em áreas privadas.

Inovação reconhecida. O maior e mais completo portal eletrônico do Brasil sobre ICMS Ecológico (ICMS-E) - www.icmsecológico.org.br - , lançado pela TNC, ficou entre os três finalistas do prêmio Greenbest 2011, na categoria melhores iniciativas governamentais. O ICMS-E, regulamentado por leis estaduais e municipais, é uma oportunidade para o estado influenciar o processo de desenvolvimento sustentável dos municípios, premiando a boa gestão ambiental e a prática de atividades ambientalmente desejáveis. Quanto maior o número de áreas verdes em um município, por exemplo, maior será a fatia de recursos a receber. No portal, as tabelas de valores repassados aos municípios que foram disponibilizadas pelos governos estaduais estão disponíveis para consulta, assim como a legislação que regula o tema em cada um dos estados. Além disso, a plataforma traz casos de sucesso e exemplos de municípios que estão reinvestindo os recursos do ICMS-E em ações ambientais.

Jalapão, Tocantins





AO LADO:
Página principal do site ICMS Ecológico

Interface do GESTO

ABAIXO:
Jalapão, Tocantins



© José Tezza

O engajamento do setor privado traz resultados para a conservação. Em 2011, a TNC e a Suzano Papel e Celulose firmaram uma cooperação técnica para desenvolver planos de conservação da biodiversidade, visando a identificar as áreas de alto valor de conservação pertencentes à empresa. A parceria também prevê o monitoramento do status da biodiversidade, permitindo o manejo e a restauração das áreas nativas (cerca de 40% da área total florestal da Suzano) e possibilitando a melhoria dos fragmentos naturais em longo prazo. A metodologia internacional desenvolvida pela TNC e utilizada nesse projeto é o Planejamento de Conservação de Áreas (PCA), juntamente com ferramentas de geoprocessamento.

Brasil será referência para mapeamento de áreas de conservação. O projeto de mapeamento de áreas de alto valor de conservação (HCVA, em inglês) para o Brasil, liderado pela Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS, em inglês) e apoiado tecnicamente pela TNC, foi aprovado pela *International Finance Corporation* (IFC). A iniciativa tem como objetivo orientar a expansão de áreas para plantio de soja no Brasil e, futuramente, na América do Sul. A experiência brasileira será referência para o futuro mapeamento de áreas na Argentina, no Paraguai e na Bolívia.

Um futuro para as Araucárias. No início do ano, o Parque Nacional das Araucárias, no Paraná, divulgou o seu primeiro plano de manejo, depois de três anos de estudos técnicos e audiências públicas, apoiados pela TNC. O projeto incluiu pesquisas sobre a flora e fauna da região, a situação socioeconômica das comunidades locais e a gestão do parque. O plano – um documento detalhado de 500 páginas – define os objetivos do parque e da zona de amortecimento de uso múltiplo, além de tratar de questões como recursos financeiros e gestão. Juliano Rodrigues Oliveira, administrador do parque, destaca outro produto do processo participativo: encontrar objetivos comuns. “*Antes de começar esse trabalho, existia muita desconfiança, desinformação e ressentimento. Ao longo do processo, as pessoas e instituições receberam esclarecimentos e hoje são parte do Conselho Consultivo do parque*”, diz Oliveira.

destaques internacionais

Em 2011, a efetiva conservação veio de distintas formas. Dos esforços para restaurar os recifes de ostras no golfo do México ao engajamento no processo de elaboração do Plano Nacional de Conservação da China. As realizações descritas abaixo são apenas uma pequena amostra dos mais de 600 projetos ao redor do planeta realizados pela TNC e seus incontáveis parceiros, apoiadores e voluntários ao longo do ano passado. Conquistas importantes, que representam um avanço significativo da agenda de conservação no mundo e que nos ajudarão a pavimentar um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

Miriam Rose Ungunmerr-
Baumann, Rio Daly, Austrália





© Ami Vitale

AO LADO:
Província de Yunnan, China

Willow Grove, New Jersey, EUA

ABAIXO:
Elefante Africano, Quênia, África



© Amy Deputy Photography

TNC contribui para o futuro ambiental da China.

Um levantamento acurado, lançado em 2010 pela TNC, sobre as prioridades de conservação de um dos maiores e mais diversos países do mundo, teve um papel decisivo para a elaboração do Plano Nacional de Conservação Chinês. A estratégia, que deverá orientar as ações e políticas de conservação no país nos próximos anos, demonstra os esforços do governo central para construir uma China mais verde e destaca o impacto positivo que a The Nature Conservancy – a única ONG que contribuiu diretamente para o processo – está tendo sobre o futuro ambiental do país.

A força do voluntariado. Em janeiro de 2011, mais de 500 voluntários desembarcaram no Helen Wood Park, no Alabama, Estados Unidos, para lançar a ambiciosa campanha *100-1000: Restore Coastal Alabama*, de restauração dos recifes de ostras. Até o mês de julho, uma equipe da TNC já havia observado acúmulo de sedimentos, a recuperação de pradarias e do pântano costeiro, além do aumento da quantidade de peixes e aves. Esses sinais indicam que o litoral já começou a cumprir o seu objetivo ecológico, o que valida e reforça a necessidade de realização de projetos futuros na região do golfo.

Indígenas impulsionam a conservação. Na Austrália, a TNC firmou uma parceria inovadora para proteção de mais de 180 mil hectares de áreas prioritárias para conservação na região nordeste do país. O acordo, que envolve a TNC, o governo australiano, organizações ambientais parceiras e a *Indigenous Land Corporation*, uma entidade que auxilia indígenas australianos na gestão de suas terras, consiste na aquisição de áreas para serem devolvidas aos proprietários originais, os povos indígenas. Além de uma alternativa eficaz para proteção dos ecossistemas, a iniciativa representa uma importante opção de subsistência para essas populações.

Estudantes participam da transformação. Desde 1995, o programa Líderes em Ações Ambientais para o Futuro (LEAF, em inglês), que oferece estágios remunerados para estudantes de ensino médio de áreas urbanas em projetos da TNC espalhados pelos Estados Unidos, formou mais de 400 alunos. Com o recente aporte de R\$ 3,1 milhões da *Toyota USA Foundation*, será possível expandir o programa para escolas técnicas ambientais em várias cidades norte-americanas. A meta é envolver mais de 30 escolas em todo o país, atendendo cerca de 20 mil estudantes.

Corredor viabiliza migração de elefantes no Quênia.

A TNC e as organizações ambientais *Lewa Wildlife Conservancy*, *Mount Kenya Trust* e *Save the Elephants* uniram esforços para restaurar uma tradicional rota de migração de elefantes no Quênia, que havia sido obstruída por barreiras agrícolas e estradas. O corredor Mount Kenya Elephant colocará duas populações de elefantes juntas novamente e contribuirá para amenizar os conflitos no país.



© Suzi Eszterhas

parceiros

INDIVÍDUOS

Andrew Gunther
Brenda Shapiro
Dr. James H. Heym
Gilbert Glass
Joan and Bill Grabe
Mr. and Mrs. Stewart H. Greenfield
Peter and Fay Bisson
Robert G. Laughlin

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces-FGV)
Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP)
Faculdade Católica do Tocantins (Facto)
Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Lerf/Esalq/USP)
Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)
Universidade da Califórnia – Los Angeles (Ucla)
Universidade de Brasília (UnB)
Universidade de Cambridge (Reino Unido)
Universidade de Queensland (Austrália)
Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

GOVERNOS E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS E MULTILATERAIS

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
Banco Mundial

Gaturamo, Mata Atlântica,
Minas Gerais

Conservation Ecosystem Partnership Fund (CEPF)
Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ)
Embaixada do Reino dos Países Baixos
Embaixada do Reino Unido
Embaixada da Suíça
Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)
Institut de Recherche Pour le Développement (IRD)
International Finance Corporation (IFC)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED)

ASSOCIAÇÕES, INSTITUTOS E FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS

Alcoa Foundation
Alliance for Water Stewardship (AWS)
Anne Fontaine Foundation
Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba)
Associação dos Produtores de Soja no Estado de Mato Grosso (Aprosoja)
Bank of America Foundation
Bouncer Foundation
Cannupa Foundation
Citigroup Foundation
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
Cooperativa Agrária Mista Entre Rios (Agrária)
Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica do Sul da Bahia (Cooplantar)
Dream Foundation
Dow Chemical Foundation
Earth Foundation
Fidelity Charitable Gift Fund
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato)
Fundação Cargill
Fundação Rio Verde (MT)
Fundacion Femsa
Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável
Goldman Sachs Gives
Gordon and Betty Moore Foundation
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife)
Huber Family Foundation
Hunter-White Foundation
Instituto Coca-Cola do Brasil
Instituto Ecofuturo
Instituto Sadia de Sustentabilidade
Joseph and Sylvia Slifka Foundation
Marcia Angle and Mark Trustin Fund of Triangle Community Foundation
Meadwestvaco Foundation
My Good Fund Trust
Packard Foundation
Sall Family Foundation
Serviço Social da Indústria (Sesi)
Summit Foundation
Tinker Foundation

The UPS Foundation, Inc.
Wallace Research Foundation
Water Footprint Network
WD Foundation

GOVERNOS E ORGÃOS GOVERNAMENTAIS NACIONAIS

Agência Nacional de Águas (ANA)
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa)
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb)
Emater-DF
Embrapa Amazônia Oriental
Fundação Nacional do Índio (Funai)
Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
Fundo Amazônia (BNDES)
Governo do Estado do Amapá
Governo do Estado da Bahia
Governo do Estado de Mato Grosso
Governo do Estado do Pará
Governo do Estado do Paraná
Governo do Estado de Roraima
Governo do Estado do Tocantins
Governo do Estado de Roraima
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Instituto Brasília Ambiental (Ibama)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Instituto de Terras do Pará (Iterpa)
Instituto de Desenvolvimento Agrário do Amapá (Rurap)
Instituto Estadual de Florestas do Amapá
Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF-MG)
Instituto Estadual de Florestas do Estado do Rio de Janeiro (IEF-RJ)
Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (Iema)
Ministério da Integração Nacional
Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Ministério Público do Estado do Pará
Ministério Público do Estado do Tocantins
Museu Nacional
Prefeitura Municipal de Altamira (PA)
Prefeitura Municipal de Bannach (PA)
Prefeitura Municipal de Belterra (PA)
Prefeitura Municipal de Brasnorte (MT)
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio (MT)
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu (MT)
Prefeitura Municipal de Cumarú do Norte (PA)
Prefeitura Municipal de Curitiba (PR)

Prefeitura Municipal de Extrema (MG)
Prefeitura Municipal de Feliz Natal (MT)
Prefeitura Municipal de Juína (MT)
Prefeitura Municipal de Jurema (MT)
Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde (MT)
Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães (BA)
Prefeitura Municipal de Marabá (PA)
Prefeitura Municipal de Nova Mutum (MT)
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã (MT)
Prefeitura Municipal de Novo Progresso (PA)
Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte (PA)
Prefeitura Municipal de Paragominas (PA)
Prefeitura Municipal de Piracaia (SP)
Prefeitura Municipal de Rio Claro (RJ)
Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia (PA)
Prefeitura Municipal de Santarém (PA)
Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu (PA)
Prefeitura Municipal de Sapezal (MT)
Prefeitura Municipal de Sorriso (MT)
Prefeitura Municipal de Tapurah (MT)
Prefeitura Municipal de Tucumã (PA)
Prefeitura Municipal de Turvo (SC)
Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (SAA)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (Seama)
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SECTMA)
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa-DF)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará
Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA)
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná (Sema)
Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (SEA)

EMPRESAS

Adecoagro
Agrifirma
Amaggi
American Electric Power (AEP)
Aracruz
Avon
Banco do Brasil
Bertin
Bunge
Cargill
Caterpillar
Celtins/Rede
Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira
Ceras Johnson
ChevronTexaco
Discovery Channel
Dow Agrosience
Fiagril
Fibria
Frigol
General Motors
Google Brasil
IBM

Itaú-Unibanco
Investco
Kraft Foods
Kimberly Clark
LMC International
Office Depot
Pinheiro Neto Advogados
Rigesa/MeadWestvaco
Sadia
Saneatins
Suzano Papel e Celulose
Syngenta
The Boeing Company Community Contributions
Tyco
Veracel
Votorantim Celulose e Papel (VCP)
Walmart
Walt Disney Latin America
Xerox
3M Corporation

ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Aliança da Terra
Aliança para a Conservação da Mata Atlântica –
Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica
Articulação dos Povos Indígenas do Oiapoque
Associação 4 Cantos do Mundo
Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa)
Associação Caatinga
Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva
(ASCBENC)
Associação de Conservação do Meio Ambiente e
Produção
Associação de Moradores, Agricultores e Apicultores
da Lapinha (Ama Lapinha)
Associação de Moradores Betel
Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto
Vale do Itajaí (Apremavi)
Associação dos Nativos de Caraíva (Anac)
Associação dos Pequenos Produtores Rurais
Colônia União
Associação Mico-Leão-Dourado
Associação para a Proteção da Mata Atlântica do
Nordeste (Amane)
Associação para o Desenvolvimento da Agricultura
Familiar do Alto Xingu (Adafax)
Associação Patrimônio Natural do Rio de Janeiro (APN)
Associação pelo Meio Ambiente de Juiz de Fora (AMA)
Associação Plantio Direto do Cerrado (APDC)
Asociación Guyra Paraguay: Conservación de Aves
BirdLife International/SAVE Brasil
Care Internacional Brasil
Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan)
Confederação Nacional de Reservas Particulares do
Patrimônio Natural (CNRPPN)
Conselho Indígena de Roraima (CIR)
Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata
Atlântica (RBMA)

Conservação Internacional (CI-Brasil)
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia
Brasileira (Coiab)
Coordenadora de las Organizaciones Indígenas de la
Cuenca Amazónica (Coica)
Conselho Indígena de Roraima (CIR)
Environmental Defense Fund (EDF)
Fundación Moises Bertoni
Fundação SOS Mata Atlântica
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)
Greenpeace
Grupo Ambiental Natureza Bela
Grupo de trabalho da pecuária sustentável
Imaflora
Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort (IAF)
Instituto BioAtlântica (IBio)
Instituto Centro de Vida (ICV)
Instituto Cidade
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do
Amazonas (Idesam)
Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da
Bahia (Iesb)
Instituto de Pesquisa Ambiental Amazônia (Ipam)
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
(Imazon)
Instituto Floresta Viva (IFV)
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB)
Instituto MaterNatura
Instituto Peabiru
Instituto Socioambiental (ISA)
Instituto Terra de Preservação Ambiental
Organização para o Bem da Água, da Natureza e da Vida –
Amanhagua
Organizações Regionais da Rede da Articulação dos Povos
Indígenas do Brasil
Planet Action
Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA)
Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas (PA)
Sindicato dos Produtores Rurais de Santana do Araguaia (PA)
Sindicato dos Produtores Rurais de São Félix do Xingu (PA)
Sindicato dos Produtores Rurais de Tucumã e Ourilândia do
Norte (PA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de
Ourilândia do Norte (PA)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bannach (PA)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra (PA)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cumaru do Norte (PA)
Sindicato Rural de Marabá (PA)
Sindicato Rural de Santarém (PA)
Sindicato Rural de Sorriso (MT)
Sindicato Rural de Tapurah (MT)
Sindicato Rural de Cotriguaçu (MT)
Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde (MT)
Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação
Ambiental (SPVS)
Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE)
The Woods Hole Research Center (WHRC)
Valor Natural
WWF-Brasil

Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil - TNC
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e 01 de janeiro de 2010
(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2011	31/12/2010 Reapresentado	01/01/2010
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.179	1.915	1.522
Títulos e valores mobiliários	4	403	506	518
Adiantamento a parceiros	5	2.816	1.398	-
Adiantamentos diversos	-	51	384	97
Depósitos caução	-	63	69	30
Total do ativo circulante		9.512	4.272	2.167
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	-	1	1	1
Imobilizado líquido	6	1.571	1.493	1.676
Intangível	-	12	22	32
		1.583	1.515	1.708
Total do ativo não circulante		1.584	1.516	1.709
Total do ativo		11.096	5.788	3.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil - TNC
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e 01 de janeiro de 2010
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio social

	Notas	31/12/2011	31/12/2010 Reapresentado	01/01/2010
Passivo circulante				
Impostos e contribuições a recolher	-	197	99	81
Obrigações trabalhistas	-	734	649	537
Provisão para férias	-	1.309	1.513	1.215
Projetos de conservação	7	6.269	1.826	1.107
Depósito de caução	-	24	24	-
Demais obrigações	-	-	-	414
Total do passivo circulante		8.533	4.111	3.354
Patrimônio Social				
Superávit acumulado	8	2.563	1.677	522
		2.563	1.677	522
Total do ativo não circulante		11.096	5.788	3.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil
Demonstrações de superávit dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2011	31/12/2010 Reapresentado
Ingresso de recursos institucionais recebidos do exterior	-	25.098	23.450
Doações recebidas no Brasil	-	2.355	961
Receita operacional líquida		27.453	24.411
(Despesas)/ receitas operacionais:			
Despesas com pessoal	-	(16.731)	(14.794)
Despesas com honorários e repasses	-	(5.394)	(5.080)
Viagens		(1.814)	(1.554)
Comunicação		(682)	(544)
Publicidade e eventos		(110)	(109)
Materiais e equipamentos de escritório		(223)	(280)
Despesas gerais de ocupação do prédio		(1.027)	(966)
Depreciação e amortização		(266)	(303)
Outras (despesas)/ receitas operacionais		(320)	374
		(26.567)	(23.256)
Superávit líquido do exercício		886	1.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e 01 de janeiro de 2010
(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	436	436
Ajuste de exercícios anteriores	86	86
Saldos em 01 de janeiro de 2010 - ajustado	522	522
Ajuste de refazimento das demonstrações contábeis	1.398	1.398
Déficit do exercício - anteriormente apresentado	(243)	(243)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 - ajustado	1.677	1.677
Superávit do exercício	886	886
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.563	2.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil - TNC

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	12/31/2011	31/12/2010 (Reapresentado)
Das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	886	1.155
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	266	303
Alienação de bens imobilizados	-	10
(Acréscimo)/ decréscimo em ativos		
Adiantamento a parceiros	(1.418)	(1.398)
Demais ativos	339	(326)
Títulos e valores mobiliários	103	12
Acréscimo/ (decréscimo) em passivos		
Impostos e contribuições a recolher	98	18
Obrigações trabalhistas	85	112
Provisão para férias	(204)	296
Projetos de conservação	4.443	719
Depósito de caução	-	24
Demais obrigações	-	(414)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.598	511
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo do imobilizado	(334)	(118)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(334)	(118)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.264	393
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.915	1.522
No final do exercício	6.179	1.915
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.264	393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos:
Administradores do
Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil – TNC
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil – TNC, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil – TNC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (PME), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil – TNC em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (PME).

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de abril de 2011, sem nenhuma modificação.

Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010

Conforme descrito na Nota Explicativa nº2.2j, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em decorrência de assuntos detectados durante o exercício de 2011. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, examinamos também esses ajustes e, em nossa opinião, eles são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis do Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil – TNC referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2012

Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E 01 DE JANEIRO DE 2010.

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado em contrário)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Criado nos Estados Unidos em 1951, o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil – TNC é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão “Conservar as terras e águas das quais a vida depende”. Presente em mais de 30 países, tornou-se uma organização brasileira – o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil – em 1998, apesar de já atuar em programas de conservação nacionais desde 1988. Na América Latina, a TNC trabalha e 15 países protegendo florestas, savanas, oceanos, desertos, rios e lagos.

O escritório regional da TNC na América Latina fica no Rio de Janeiro. Os dois programas de conservação com atuação no Brasil têm sede nas cidades de Brasília, Belém, Cuiabá e Curitiba, mas suas ações ocorrem em todos os biomas, além das fronteiras nacionais.

2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as inter-

pretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (PME).

A moeda funcional da Entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 - Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis do Instituto podem ser resumidas como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Títulos de valores mobiliários

Compreendem os investimentos financeiros não considerados pela Administração da Entidade como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 6. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e) Patrimônio social

O resultado referente às atividades da Entidade é incorporado ao patrimônio social ao término de cada exercício social.

f) Superávit/ (déficit) do exercício

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio de competência de exercícios, exceto as receitas com doações que são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de caixa.

g) Obrigações tributárias

Por se tratar de instituição sem fins lucrativos, a TNC está isenta do pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos do artigo 15 e seguintes da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

A Entidade vem contribuindo para o PIS por meio da aplicação da alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, estando essa forma de incidência prevista no art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Ainda conforme a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, artigo 14, a Entidade goza de isenção da COFINS relativamente às receitas provenientes das atividades próprias, estando excluídas deste benefício as receitas decorrentes de outras atividades estranhas à finalidade da Instituição, ainda que estas receitas sejam utilizadas na manutenção de sua atividade-fim.

h) Recursos de convênios

Os recursos de convênios a aplicar em projetos e as respectivas aplicações são registrados em conta específica de passivo circulante (vide Nota nº7).

i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Entidade não possuía ações judiciais de natureza tributária, cíveis e trabalhistas.

j) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010

Foram realizados ajustes retrospectivos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, tendo em vista que ocorreram despesas inerentes aos projetos elencados a seguir e que foram pagas com recursos próprios da TNC, sendo apropriadas indevidamente no resultado da TNC daquele exercício. No exercício de 2011, quando essas despesas foram reembolsadas pelos convênios ou parcerias, estas foram devidamente apropriadas aos respectivos projetos. Os ajustes efetuados nos projetos podem ser resumidos como demonstrados a seguir:

	Em 31/12/2010	
	Patrimônio líquido	Resultado
Saldo anteriormente apresentado	279	(243)
Projeto BNDES	772	772
Projeto MMA	430	430
Projeto Vale	196	196
Saldo ajustado	1.677	1.155

2.3 - Principais julgamentos e estimativas contábeis

A apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

b) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, a Entidade revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada período.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa	3	3	3
Depósitos bancários à vista	4.945	1.562	1.519
Banco Citibank (valor atrelado ao projeto MMA) (*)	355	-	-
Banco Citibank (valor atrelado ao projeto BNDES)(*)	876	350	-
	6.179	1.915	1.522

(*) Fundos de renda fixa com remuneração média de 98% do CDI (vide Nota nº 7)

4 - Títulos de valores mobiliários

Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são compostos por títulos de capitalização da Sul América Capitalização. Os títulos de capitalização possuem prazo de resgate geralmente de 365 dias e representam garantias de aluguel para os escritórios da TNC e moradia de funcionários expatriados e transferidos de outras cidades do Brasil.

5 - Adiantamento de parceiros

Representam os adiantamentos efetuados pela TNC para os parceiros dos projetos, os quais serão reembolsados futuramente, quando de suas respectivas prestações de contas:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Fundo Vale	-	196	-
BNDES	2.604	772	-
Banco Mundial - MMA	191	430	-
Funbio	21	-	-
	2.816	1.398	-

6 - Imobilizado

a) Os detalhes do ativo imobilizado da Entidade estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	% - Taxa de Depreciação	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2010	Saldos em 01/01/2010
Terrenos	-	760	760	760
Instalações	10%	167	167	167
Móveis e utensílios	10%	258	233	212
Máquinas e equipamentos	10%	243	238	228
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	11	10	10
Softwares e equipamentos de informática	20%	1.427	1.217	1.129
Veículos	20%	475	383	393
Equipamentos telefônicos	10%	69	69	69
Custo total		3.410	3.077	2.968

Depreciação acumulada	(1839)	(1.584)	(1.292)
Imobilizado líquido	1.571	1.493	1.676

b) Movimentações no ativo imobilizado:

Descrição	Saldos em 01/01/2010	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2010
Terrenos	760	-	-	-	760

Instalações	110	-	-	(17)	93
Móveis e utensílios	114	22	-	(24)	112
Máquinas e equipamentos	159	9	-	(25)	143
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3	-	-	-	3
Softwares e equipamentos de informática	437	88	-	(207)	318
Veículos	75	-	(10)	(13)	52
Equipamentos telefônicos	18	-	-	(6)	12
Total	1.676	119	(10)	(292)	1.493

Descrição	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2011
Terrenos	760	-	-	-	760
Instalações	93	-	-	(17)	76
Móveis e utensílios	112	25	-	(24)	113
Máquinas e equipamentos	143	5	-	(25)	123
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3	2	-	-	5
Softwares e equipamentos de informática	318	210	-	(150)	378
Veículos	52	91	-	(33)	110
Equipamentos telefônicos	12	-	-	(6)	6
Total	1.493	333	-	(255)	1.571

7 - Projetos de conservação

Descrição		31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Cadastro Ambiental Rural Fundo Vale	(a)	234	1.075	1.072
Consórcio PCJ	(b)	38	3	35
Cadastro Ambiental Rural BNDES	(c)	5.128	658	-
Código Florestal Embaixada do Reino Unido	(d)	90	90	-
Cadastro Ambiental Rural Banco Mundial	(e)	647	-	-
Funbio	(f)	132	-	-
		6.269	1.826	1.107

a) Contrato de Repasse número 005/2009, firmado em setembro de 2009 com termo aditivo firmado em fevereiro de 2010, entre Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale) e Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil, para o desenvolvimento e execução do projeto Municípios Verdes na Amazônia: o Cadastro Ambiental Rural, como suporte à governança e o controle do desmatamento em Altamira, Novo Progresso, Paragominas e São Felix do Xingú. O Fundo Vale se compromete a repassar à TNC o valor de R\$ 4.775.095 para a execução do projeto;

A movimentação dos recursos recebidos e aplicados nas atividades a que se refere o contrato de repasse anteriormente mencionado é demonstrada como segue:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Saldo anterior	1.075	1.158	-
Recursos recebidos	2.368	1.359	1.256
Recursos aplicados	(3.209)	(1.442)	(184)
Saldo dos recursos de convênios a aplicar (passivo)	234	1.075	1.072

Apresentação no ativo

Bancos com movimento			
Banco Itaú S.A. 0093-72429-2	265	1.093	1.063
Adiantamento a parceiros	-	196	96
Gastos incorridos e não pagos	(31)	(18)	(1)
Gastos incorridos e pagos com recursos próprios	-	(196)	(86)
	234	1.075	1.072

b) Contrato de Repasse nº 0227.336-47/2008, celebrado entre a TNC e o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, por intermédio da Caixa Econômica Federal, tendo como objeto o repasse de recursos financeiros para o desenvolvimento, pela TNC, de projeto de difusão e experimentação de um sistema de pagamentos por serviços ambientais para restauração da saúde ecossistêmica de microbacias hidrográficas nas Bacias PCJ:

A movimentação dos recursos recebidos e aplicados nas atividades a que se refere o contrato de repasse anteriormente mencionado é demonstrada como segue:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Saldo anterior	3	35	-
Recursos recebidos	53	-	41
Recursos aplicados	(18)	(32)	(6)
Saldo dos recursos de convênios a aplicar (passivo)	38	3	35

Apresentação no ativo

Bancos com movimento			
Caixa Econômica Federal. 332/003/8001	38	3	35
	38	3	35

c) Contrato de Repasse nº 09.2.1386.1, celebrado entre a TNC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor total de R\$ 16.000.000,00, para o desenvolvimento e a execução do projeto Fundo Amazônia destinado a contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios do Mato Grosso e do Pará, a fim de aderir ao Cadastro Ambiental Rural e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite. O contrato possui vigência até abril de 2013;

A movimentação dos recursos recebidos e aplicados nas atividades a que se refere o Termo de Convênio acima mencionado é demonstrada como segue:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Saldo anterior	658	-	-
Recursos recebidos	9.127	1.574	-
Recursos aplicados	(4.657)	(916)	-
Saldo dos recursos de convênios a aplicar (passivo)	5.128	658	-

Apresentação no ativo

Bancos com movimento			
Citibank - 0277233029	1.675	308	-

Aplicações financeiras

Citibank - 29376483	876	350	-
Adiantamento a parceiros	2.604	772	-
Gastos incorridos e não pagos	(27)	-	-
Gastos incorridos e pagos com recursos próprios a ser reembolsado pelo projeto	-	(772)	-
	5.128	658	-

d) Contrato de Repasse nº PSF LCHG CCE 0182, celebrado entre a TNC e o Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, para o fortalecimento do cumprimento do Código Florestal para reduzir o desmatamento na Amazônia Brasileira.

A movimentação dos recursos recebidos é demonstrada como segue:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Saldo anterior	-	-	-
Recursos recebidos	90	90	-
Recursos aplicados	-	-	-
Saldo dos recursos de convênios a aplicar (passivo)	90	90	-

Apresentação no ativo

Itaú 27097-3 (está incluso nesta conta)	90	90	-
	90	90	-

e) Contrato de Repasse nº TF097682, celebrado em setembro de 2010 entre a TNC e o Banco Mundial, no valor de R\$ 3.500.000,00, com vigência para o desenvolvimento e execução do projeto destinado a contribuir para a mobilização dos atores locais em sete municípios do Mato Grosso e do Pará, a fim de aderir ao Cadastro Ambiental Rural e a monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite.

A movimentação é demonstrada como segue:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Saldo anterior	-	-	-
Recursos recebidos	6.713	430	-
Recursos aplicados	(6.066)	(430)	-
Saldo dos recursos de convênios a aplicar (passivo)	647	-	-

Apresentação no Ativo

Bancos com movimento			
Citibank 0277233037	196	-	-

Aplicações Financeiras

Citibank	355	-	-
Adiantamento a parceiros	191	430	-
Gastos incorridos e não pagos	(95)	-	-
Gastos incorridos e pagos com recursos próprios	-	(430)	-
	647	430	-

f) Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)

A movimentação é demonstrada como segue:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Saldo anterior	-	-	-
Recursos recebidos	212	-	-
Recursos aplicados	(80)	-	-
Saldo dos recursos de convênios a aplicar (passivo)	132	-	-

Apresentação no ativo

Bancos com movimento			
Citibank - 0277233045	111	-	-
Adiantamento a parceiros	21	-	-
	132	-	-

8 - Patrimônio Social

O patrimônio social compreende a dotação inicial, acrescida dos valores dos superávits e diminuída dos déficits ocorridos.

9 - Despesas com pessoal

As despesas com pessoal são discriminadas a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Salários	11.107	9.668
Benefícios aos funcionários	1.318	1.023
Recrutamento	24	38
Encargos	4.282	4.065
	16.731	14.794

10 - Despesas com honorários e repasses

As despesas com honorários e repasses são discriminadas a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Contratos administrativos e de suporte operacional	92	44
Auditoria e contabilidade	266	144
Repasse a parceiros	5.036	4.892
	5.394	5.080

11 - Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos (ímóveis, equipamentos e veículos) por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

12 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo em condições normais de mercado. Esses instrumentos visam à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

■ “Esperamos que, a partir de um novo Código,
a gestão da paisagem rural brasileira,
o valor das florestas
e a necessidade de restauração florestal
em áreas críticas sejam favorecidos.”

Ana Cristina Barros | Representante Nacional The Nature Conservancy





Lagarto Verde, Mata Atlântica

EXPEDIENTE | **Equipe de Comunicação-TNC:** Ayla Tiago, Cadjia Tissiani, Daniel Aleixo, Grazielle Dib e Peri Dias | **Coordenação editorial e redação:** Cadjia Tissiani | **Edição de imagens:** Clara Angeleas e Erik Lopes | **Projeto gráfico:** Ribamar Fonseca (Supernova Design) | **Foto de capa:** José Tezza



ESCRITÓRIOS DA TNC NO BRASIL

Rio de Janeiro/RJ

Escritório Regional para a América Latina
Rua Lauro Muller, 116, sala 3.405
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ 22290-160
(21) 2159-2826

Brasília/DF

SRTVS Quadra 701, conjunto D, bloco B, loja 246
Ed. Brasília Design Center
Asa Sul, Brasília/DF 70340-907
(61) 3421-9100

Cuiabá/MT

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1894
Centro Empresarial Maruanã, salas 1004 e 1005
Cuiabá/MT 78050-400
(65) 3642-6792

Curitiba/PR

Rua Padre Anchieta, 392
Mercês, Curitiba/PR 80410-030
(41) 2111-8775

Belém/PA

Avenida Nazaré, 280
Nazaré, Belém/PA 66035-170
(91) 4008-6200

São Paulo/SP

HQ Parque Cultural - Av. Paulista, nº 37,
salas 419/417 e 423/424
Bela Vista, São Paulo/SP 01311-000
(11) 2246-2986

brasil@tnc.org